



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ALINE ARAÚJO PAIVA

**ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO COM ALUNO AUTISTA EM ESTÁGIO  
EXTRACURRICULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**VIÇOSA-MG  
JANEIRO DE 2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**ALINE ARAÚJO PAIVA**

**ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO COM ALUNO AUTISTA EM ESTÁGIO  
EXTRACURRICULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada como parte das exigências da disciplina EDU 388 – Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de licenciada em Pedagogia pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Esther Giacomini Silva

**VIÇOSA-MG  
JANEIRO DE 2018**

**ALINE ARAÚJO PAIVA**

**ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO COM ALUNO AUTISTA EM ESTÁGIO  
EXTRACURRICULAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Banca Avaliadora :

---

Prof<sup>a</sup> Dr. Esther Giacomini Silva (UFV) (Orientadora)

---

Prof. Dr. Máisa Aparecida de Oliveira

---

Prof. Dr. Tiago Paz e Albuquerque

**VIÇOSA-MG  
JANEIRO DE 2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Enfim chegou a formatura! Grande é a tarefa que me espera. Para todos os seres humanos constitui quase um dever pensar que o que já tiver realizado é sempre pouco em comparação com o que resta por fazer.

Primeiramente agradeço a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida, por renovar a cada momento a minha força e disposição e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

A minha mãe, por todo apoio, amor e por ser minha base! A meu pai (in memoriam) mesmo tendo partido cedo, sempre objetivei orgulhá-lo e seguir seus ensinamentos. Ao Valdir, por todo amor e dedicação e por ser meu segundo pai. A meu namorado, Bismark, por todo apoio, amor e paciência.

A minha Wendy, pela parceria em todos momentos e por todos os bons momentos que vivemos na graduação.

Agradeço a minha orientadora professora Esther por toda paciência e contribuição neste trabalho e durante o curso de Pedagogia. A todos professores pelos grandiosos ensinamentos! A todas as escolas em que realizei estágios as experiências vivenciadas foram extremamente importantes na minha atuação! Em especial ao Centro Municipal de Ed. Dr. Januário de Andrade fontes, escola em que aprendi muito e fiz vários amigos que levarei para sempre, a todos os alunos com quem convivi em meus estágios, essas experiências me fizeram crescer grandemente enquanto futura docente e como ser humano!

E a todos meus amigos e minha família por sempre estarem presentes e me incentivarem, contribuindo, assim para essa vitória! Obrigada!

*“Quando perdemos o direito de ser diferentes,  
perdemos o privilégio de ser livres”*

*(Charles Evans Hughes)*

## RESUMO

Entre os transtornos invasivos do desenvolvimento (TID), o autismo é uma condição que integra esta categoria, cuja pessoa apresenta atrasos e alterações do desenvolvimento das capacidades para interação social, cognição e comunicação. Crianças com esta condição de desenvolvimento estão cada vez mais presentes nas escolas comuns e tem demandado outras formas de atuação pedagógica. O objetivo deste trabalho foi relatar uma vivência do estágio docente extracurricular em uma turma com um aluno autista enquanto aluna do curso de Pedagogia Universidade Federal de Viçosa. A vivência ocorreu em uma escola municipal em uma turma da educação infantil durante um ano e os registros feitos pós-evento foram descritivos e analisados qualitativamente. Os resultados indicaram uma necessidade do estagiário em atividade extracurricular buscar por iniciativa própria informações sobre o autismo e formas de proceder metodologicamente, em oposição a supervisão constante do professor da disciplina no estágio curricular; ausência de orientação do professor regente quanto a conduta do estagiário extracurricular atua com o aluno enquanto no estágio supervisionado o trabalho do professor com o estagiário busca uma interação de ações com todos os alunos. Para um melhor desenvolvimento de alunos com condições diferenciadas de desenvolvimento no ensino é importante que estudos na área da educação especial sejam oferecidos na formação inicial e continuada do pedagogo.

Palavras chave: autismo; estágio; práticas pedagógicas.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1.POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA A INCLUSÃO .....	4
2. DEFICIÊNCIA E AUTISMO:ALGUNS APONTAMENTOS. ....	9
3.O PERCURSO DO ESTÁGIO DOCENTE-EXTRACURRICULAR.....	12
3.1 REFLEXÕES DA VIVÊNCIA NO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR .....	16
4-CONCLUSÃO .....	25
5-REFERÊNCIAS .....	27

## INTRODUÇÃO

O que me levou a cursar Pedagogia foi gostar de crianças e, pelo fato, de sempre almejar ser professora.

Concluí o Ensino Médio em 2013 e, no mesmo ano, fiz o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) com os pontos obtidos com a nota do ENEM, consegui em janeiro do ano de 2014, ingressar pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada) e começar o curso de Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa- UFV em 2014.

Eu esperava, ao adentrar o curso, aprender uma técnica de alfabetizar e ensinar de modo eficaz; porém, vi que a teoria dá caminhos que possibilidades como professor e devem ser aliados ao contexto que se exercerá a prática docente. A cada ano e a cada turma o professor trabalha de uma forma para atender a especificidade do seu alunado, sendo assim, não há uma única técnica mais eficaz para a prática docente.

Durante o curso de Pedagogia da UFV vi e obtive oportunidades de aprendizagens significativas, todavia senti lacunas, como falta de relacionar mais a teoria com a prática no rol das disciplinas estudadas.

Entre as disciplinas cursadas as voltadas para a Educação Especial me interessaram mais, muito provavelmente devido a uma situação familiar. Tenho um primo que é surdo e estudou na escola comum, mas não houve para ele nenhuma adaptação de material ou comunicação durante sua escolarização. Os professores não conheciam Libras (Língua Brasileira de Sinais), davam aulas expositivas sem material visual e, muitas vezes, apenas o ignoravam. Sempre achei que ele precisava de mais recursos no seu processo de aprendizagem, e esta inquietação me acompanhou durante a graduação.

Enquanto estudante de Pedagogia, o primeiro contato com um aluno com características de desenvolvimento diferenciados foi no Programa de Iniciação à Docência(PIBID), que realizei em uma Escola Municipal da cidade de Viçosa. No Pibid trabalhei em uma turma de alfabetização, e nesta turma tinha um aluno com transtorno de hiperatividade <sup>1</sup> Sempre que eu estava na sala de aula o ajudava nas suas atividades, o que era uma atenção especial que ele não tinha nos outros dias . Depois do Pibid eu realizei um

---

<sup>1</sup> “A hiperatividade é uma desordem do déficit de atenção. Os sintomas variam de brandos a graves e podem incluir problemas de linguagem, memória e habilidades motoras. Embora a criança hiperativa tenha, muitas vezes, uma inteligência normal ou acima da média, o estado é caracterizado por problemas de aprendizado e comportamento”.(VEIGA,2008,p.161)

projeto de Iniciação Científica em História da Educação. Após a conclusão da pesquisa, dentre as possibilidades que eu tinha de realizar outras atividades formativas que eram viáveis a mim, escolhi fazer o estágio extracurricular em uma escola da Prefeitura.

Assim, este trabalho busca apresentar um relato de uma experiência vivenciada em um estágio extracurricular, realizado em uma escola pública municipal situada na cidade de Viçosa, em Minas Gerais. Minha função, neste estágio foi de acompanhar e dar apoio pedagógico para uma criança com Transtorno do Espectro Autista(TEA), que tem como características um afetamento da comunicação, de interação social e apresenta comportamentos estereotipados.

Durante esse estágio ampliei conhecimentos para a minha formação enquanto futura pedagoga. O meu maior desafio foi aprender a compreender as necessidades e particularidades do educando em questão, visto que anteriormente a este estágio pouco conhecia acerca do autismo.

No desenvolvimento deste trabalho será abordada a política educacional voltada para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais(NEE) no ensino comum contemplando a distinção do processo de integração e inclusão no Brasil.

Na sequência será apresentada a revisão de literatura sobre o autismo, sua incidência e práticas educacionais mais utilizadas para desenvolver a aprendizagem na condição do espectro autista.

A seguir, será relatada a vivência do estágio extracurricular e sua diferenciação quanto ao estágio curricular em educação especial realizado no curso de Pedagogia da UFV. Por fim são apresentadas as considerações sobre esta vivência e as implicações para a atuação do pedagogo em sua docência.

## **1.POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA A INCLUSÃO**

O direito à educação é resguardado no Art.205 da Constituição Federal de 1988, defende-se que a educação é: “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade e visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A pessoa com necessidades educacionais especiais, como qualquer outra criança, tem por lei, garantido seu direito ao acesso à educação. Mais, especificamente, no Decreto nº 3298, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência indica es direito entre outros:

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (s/p.)

Diante disso, vemos que é assegurado a pessoa com necessidades educacionais especiais vários direitos, incluindo a educação, sendo atendida pela educação especial e referenciada no Art. 58. Da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 onde qualifica este atendimento: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação”. ( s/p.).

Embora todas estas condições de desenvolvimento sejam atendidas pela educação especial, cada uma tem características próprias. Nos TGD segundo Guia da educação especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais, versão 3, está prevista “alteração no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação, na comunicação e com estereótipos motores”. (MINAS GERAIS,2014, p.9). Já as pessoas com altas habilidades/superdotação são caracterizadas “potencial elevado nas diferentes áreas do seu interesse, como operações lógicas, artes plásticas, música, liderança, comunicação e apresentam elevado criatividade (MINAS GERAIS, 2014, p.10). Quanto as pessoas com deficiência o decreto nº 3298/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a integração de

pessoa portadora de Deficiência, regulamentou a Lei nº 7853/89, em seu art. 3º inciso I, define deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”

Todas estas características indicam a diversidade presente nas pessoas e também o contexto social que expressa uma ideologia presente nas definições. Como destaca Omote (2004 p.68) “a condição do desvio depende do que a sociedade atribui como critério dos grupos sociais e as expectativas geradas pelo atributo”. Para que se tenha uma pessoa normal é pensado o seu oposto: Quando o atributo é visto como desvantajoso tem-se o estigma, que gera uma divisão entre pessoas que tem o estigma e os que não apresentam.

Em relação a deficiência a pessoa que apresenta esta condição é vista com desvantagem social e, portanto, desviante ou anormal, sendo a normalidade “regularidade biológica ou até conduta” (OMOTE,2004, p.67)

Assim, não é qualquer deficiência que será vista como desvio, mas as situações e características físico-anatômicas e ou comportamentais que se requeiram formas diferenciadas de cuidados pessoais, educacionais entre outras.

Mas o atendimento educacional voltado para estas pessoas era visto em geral em instituições especializadas.

A partir da década de 1990 tem-se a ampliação em vários países e também no Brasil de “discussões acadêmicas, movimento dos pais de pessoas com deficiências e dos mesmos, políticas públicas, e diversas medidas legais, assim, como a mídia tem trazido à tona este tema” (NOGUEIRA JR,2008,P.92),ou seja uma proposta de educação inclusiva. Entende-se por educação inclusiva o preceito de “defender a heterogeneidade na classe escolar” (BAYER, 2007, p.277). Assim, a educação inclusiva busca além de proporcionar interações entre os alunos, uma proposta pedagógica que volte seu olhar para os diferentes alunos, considerando que a diferença é inerente ao ser humano.

Mas a presença de alunos antes atendidos pela escola especial e agora na escola comum não garante a inclusão. Este paradigma requer uma rede de suportes e recursos como adaptação de material, do espaço físico, qualificação dos profissionais e revisão das concepções sobre situações estereotipizantes na sociedade.

Embora o termo “inclusão” seja utilizado no mais diversos contextos, muitas vezes, há uma distância do seu sentido real e o que se vê é visão do processo de “integração” que predominou nas décadas de 1960 até 1980 onde o embasamento era a normalização.

Para tal ideologia existia a condição normal e a desviante, e a mesma propunha serviços que devia “aproximar o máximo possível de uma condição normal os sujeitos que apresentassem desvios” (NOGUEIRA JR, 2008, p.92). Assim pode-se entender que a partir da ideologia da integração, existem dois pólos, o normal e o desviante, sendo que eles vão variar de acordo com a sociedade da qual fazem parte e do ela considera padrão e o que se distância em demasia desse padrão serão considerados “anormais”. E dentro dessa categoria de “anormais” existem aqueles que estão mais perto do que que a sociedade considera como o normal e podem ser inseridos na escola e na sociedade e aqueles “anormais” que desviam muito do padrão são considerados despreparados para estar na escola regular. Dessa forma, na integração os educadores acabam por provocar indiretamente o surgimento de dois grupos de alunos, o grupo dos que são acolhidos e conseguem se adaptar ao sistema escolar e outros alunos que ficam de fora desse sistema. Pois não conseguem se aproximar do padrão, ou seja, das crianças ditas normais.

Segundo Nogueira Jr. (2008, p.92):

Na integração, que acreditava-se, que o momento certo para ela acontecer seria aquele em que o indivíduo estivesse pronto ou próximo do funcionamento normal. Considerar que esse momento certo exista, significa que o indivíduo para ser integrado precisa se adaptar ao funcionamento da sociedade, sem desestabilizá-la.

Se tal concepção ainda é majoritariamente presente nas ações docentes da escola comum não é esta a indicação presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96 que no art. 59 inciso I, indica que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as suas necessidades” (BRASIL,1996 s/p.)

Para que o aluno com necessidades educacionais especiais desenvolva seu aprendizado os ajustes propostos na LDB nº 9394/96 são fundamentais e devem ser feitos pela escola e professor. Segundo Rodrigues (2008, p.84)

A inclusão escolar no ensino regular não se inicia na inserção da criança com dificuldades, sejam elas no aprendizado e/ou no comportamento; ela depende de que a escola e os professores estejam preparados para lidar com os desafios do desconhecido que envolve a individualidade, o respeito, as dificuldades, as habilidades e os limites de si e do outro

Sem modificar a concepção da necessidade de alteração para os alunos que estão na escola, mas se pode realizar uma inclusão. Para esta modificação acontecer de forma mais constante os cursos de formação docente precisam ter a inclusão como foco de sua

capacitação o que já é prevista no Art.59 da Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 inciso III, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”

O que se espera dos cursos de formação docente os iniciais e os continuados. É que o professor esteja preparado para ensinar os diferentes alunos adentram a sala de aula A revisão dessas políticas educacionais é prevista no Plano Nacional de Educação(PNE). O decênio 2014-2024 prevê na meta 4 específica de Educação Especial/Inclusiva a universalização do ensino para as crianças e jovens de a 4 a 17 anos a educação básica, assim como o Atendimento especializado, e onde são feitos o ensino de linguagem específicas como (LIBRAS, BRAILLE) e desenvolvidas atividades de cognição para a atenção memória entre outros.

Entre os dados de acompanhamento da meta 4 do PNE (201-2024) segundo o Observatório do PNE. destacam-se a:

4.6-Espaço físico, matérias e transporte, acessibilidade. Essa meta busca manter e ampliar os programas suplementares que promovam a acessibilidade na instituição pública.

4.7- Braille e Educação Bilíngue, Libras, Língua Portuguesa. Essa meta propõe oferta de uma educação bilíngue sendo a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como a primeira língua e na modalidade escrita a língua portuguesa sendo aa segunda língua.

4.8-Articulação pedagógica-Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.13- Ampliação da equipe de profissionais referente aos professores do AEE. Essa meta propõe que seja ampliado o número de pessoa preparados para trabalhar com pessoas que possuem necessidades educacionais especiais.

4.16- Referencias teóricos específicos nos cursos de formação de professor. Essa meta pretende incluir nas licenciaturas e em cursos de formação, em geral, referencias teórico referentes ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais

4.18- Parceria para a implicação de oferta de formação continuada e produção de material acessível. Essa meta pretende promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com necessidades educacionais especiais. (MEC,2013,s./p.)

Segundo consta no Observatório do PNE(MEC,2013, s./p.) em Viçosa, MG, o número matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns aumentou de 126 no ano de 2007 para 200 no ano de 2016.Sendo que na rede pública de ensino o número de alunos matriculados nas classe

comuns eram de 98 no ano de 2007 e ampliou-se as matrículas no ano de 2016 para 157. Já as escolas especiais na rede pública do ensino reduziram de 4 no ano de 2007 para 0 no ano de 2016.

Nas escolas de educação infantil no município de Viçosa no período de 2007 a 2016 ampliou de 18 para 24 alunos o número de matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais

Consta no Observatório do PNE/em Viçosa, MG que havia apenas 1 sala de recurso multifuncionais em 2009, sendo ampliada a oferta para 9 salas no ano de 2016, com a maioria concentrada nas regiões urbanas.

Já a quantidade de alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento matriculado no município de Viçosa em 2009 não havia registro e em 2013 estavam registrados duas matrículas.

Quanto ao número de funções docentes no Atendimento Educacional Especializado teve um acréscimo de 3 no ano 2009 para 8 no ano de 2014 sendo a maioria destes profissionais presentes na rede pública de ensino. Estes dados do MEC contidos no Observatório do PNE, no ano de 2009 informam que a rede pública tinha 3 professores no atendimento especial e no ano 2016, eram 7 docentes em atuação.

Vemos que as crianças com necessidades educacionais especiais estão amparadas nas leis e recebendo alguns dos suportes necessários para seu atendimento, mas ainda encontram desafios no que se refere a encontrar neste ambiente educacional uma educação que seja significativa.

## 2. DEFICIÊNCIA E AUTISMO: ALGUNS APONTAMENTOS

Vygotsky (1997) no século XX escreveu sobre os estudos defectológicos. Referente sua pesquisa em relação às pessoas com deficiência:

Diferentemente de muitos pesquisadores anteriores que estudavam a criança deficiente, Vygotsky concentrou sua atenção nas habilidades que tais crianças possuíam, habilidades estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integrais. Interessava-se mais por suas forças do que por suas deficiências “(LURIA, 1998, p. 34).

Assim, Vygotsky vê a criança deficiente não só considerando a ausência no desenvolvimento, mas valorizando o que a criança possui de potencial. SILVA (2013 p.2028) aborda sobre os estudos defectológicos de Vygotsky, segundo ela:

deficiência não era entendida como um defeito, uma característica que inferiorizava o indivíduo. O meio social e os estímulos que proporciona, são assim, fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo. Todavia, a utilização destes princípios teóricos não foram comitentes nos diversos países, ou mesmo nas várias condições do desenvolvimento.

Para Vygotsky (1997, p.30) “na vida social e no caráter social do comportamento a criança encontra material para a formação das funções internas”. E “o defeito por si só não decide o destino da personalidade, se não as consequências sociais e sua realização sociopsicológica”

Vygotsky não realizou estudos específicos sobre o transtorno de espectro autista, pois o diagnóstico e o termo autista são subsequentes à sua morte, porém seus estudos sobre defectologia indicam possibilidades de apropriação de seus princípios para refletir sobre a ensino para crianças autistas.

Os estudos sobre o autismo são datados de 1943, quando Kanner definiu pela primeira vez o autismo como um distúrbio de contato afetivo, evidenciado pela ausência de reciprocidade nas relações com outras pessoas, em conjunto com as falhas relacionadas a linguagem e a fascinação por objetos. Segundo Camargos Jr (2005, p.11):

Alterações autísticas do contato afetivo foi o título do trabalho escrito por Leo Kanner, em 1943, que diferenciou o autismo de outras psicoses graves na infância. Utilizando o termo difundido por Bleuler, Kanner separou o termo autismo para designar esta doença de que hoje todos ouvimos falar. Examinando onze crianças de classe média americana, com problemas graves do desenvolvimento, bonitas e inteligentes, ele definiu dois critérios que seriam o eixo desta recém descoberta doença: a solidão e a insistência obsessiva na invariância.

Estas características indicadas por Kanner(1943 *apud* CAMARGO JR, 2005), associa-se a definição elaborada por Silva e Peranzoni (2012, p.10) “Autismo tem sua origem no grego autós, que significa de si mesmo”. Os autistas são sujeitos com características de introspecção, por não apresentar empatia e possuem dificuldades na socialização.

A incidência de pessoas autistas é de “Cerca de 1% da população mundial, ou um em cada 68 indivíduos, apresenta algum transtorno do espectro do autismo" (ONU, 2016 P). Com isso, nota-se que o autismo apresenta-se com grande incidência na população, mas sua identificação pode demorar a ser feita por desconhecimento das características.

De acordo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR), o Transtorno de Espectro Autismo (TEA) é identificado pelo comprometimento em três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, de comunicação, e presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipados.

As crianças com TEA tem direito a educação garantido por lei, mas a escolarização de autistas, segundo Bragin (2010, p.2) teria poucas referências:

Em relação aos dados históricos sobre o início da escolarização de alunos autistas, constata-se a escassez de referências, uma vez que o diagnóstico de autismo é recente e, provavelmente, esses alunos tenham sido diagnosticados, a priori, como deficientes mentais, o que determinou inicialmente o predomínio de uma educação semelhante a que era oferecida a pessoas deficientes mentais. A primeira escola formada para atender exclusivamente alunos autistas em território brasileiro foi a AMA<sup>2</sup>em São Paulo. O programa de ensino utilizado nesta escola é o TEACCH<sup>3</sup> que busca propiciar comportamentos previsíveis dando ênfase ao desenvolvimento e preparação para a vida adulta.

As estratégias utilizadas com as pessoas autistas visam desenvolver prioritariamente a interação social e sua comunicação. De acordo com Lemos (2014, p.119):

---

<sup>2</sup> AMA-Associação dos Amigos do autismo

<sup>3</sup> TEACCH Baseado no fato de crianças autistas serem frequentemente aprendizes visuais, o TEACCH trás uma clareza visual ao processo de aprendizado buscando a receptividade, a compreensão, a organização e a independência. A criança trabalha num ambiente altamente estruturado que deve incluir organização física dos móveis, áreas de atividades claramente identificadas, murais de rotina e trabalhos baseados em figuras e instruções claras de encaminhamento. A criança é guiada por uma sequência de atividades muito clara e isso ajuda que ela fique mais organizada.(URBANSKY,2013.s/p.)

nesse sentido, destaca-se a escola como um dos espaços que favorecem o desenvolvimento infantil, tanto pela oportunidade de convivência com outras crianças quanto pelo importante papel do professor, cujas mediações favorecem a aquisição de diferentes habilidades nas crianças. De acordo com Höher Camargo e Bosa (2012), o contexto escolar oportuniza contatos sociais, favorecendo o desenvolvimento da criança autista, assim como o das demais crianças, na medida em que convivem e aprendem com as diferenças. Silva e Facion (2008) afirmam que os demais alunos irão se enriquecer por terem a oportunidade de conviver com o diferente. Já Fiaes e Bichara (2009) pontuam a escola regular como um contexto no qual a criança com dificuldades encontra modelos mais avançados de comportamentos para seguir.

Assim, a heterogeneidade na sala de aula é imprescindível para que a aprendizagem ocorra de forma efetiva, e torna-se também um desafio para o professor que precisa buscar estratégia e metodologias diferenciadas para trabalhar com a diversidade. Esta heterogeneidade potencializa o desenvolvimento da criança com necessidades especiais, Vygotsky considerava a interação essencial para que a aprendizagem ocorresse.

Vygotsky, em seus estudos sobre defectologia, já afirmava os benefícios da inserção de crianças com deficiência mental em grupos homogêneos, podendo as crianças mais capazes atuarem como mediadoras no processo de aprendizagem (Mombberger, 2007). Tais trocas remetem ao conceito de mediação, que, segundo Vygotsky (2007), desempenha um papel fundamental, em que as trocas que a criança estabelece com outras crianças e com os adultos exercem funções importantes para o desenvolvimento e a aprendizagem (LEMOS, p.119).

Para Vygotsky, as leis gerais do desenvolvimento são iguais para todas as crianças. “[...] Há peculiaridades na organização sociopsicológica da criança com deficiência [...] e seu desenvolvimento requer caminhos alternativos e recursos especiais” (Vygotsky *apud* GOES 2002, p. 99).

Para que as crianças com necessidades especiais realmente aprendam torna-se necessário que o professor busque novas metodologias e capacite ou estabeleça parceria com o professor de educação especial.

### **3.O PERCURSO DO ESTÁGIO DOCENTE-EXTRACURRICULAR**

Para a consecução dos objetivos propostos neste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do autismo, das Políticas Educacionais para a inclusão e é relatado a vivência no estágio extracurricular. Neste relato trago as situações e metodologias utilizadas, as considerações e impressões que a vivência me proporcionou. O relato está contextualizado e analisado segundo a literatura da área. (VYGOTSKY1997; BOSA, 2006; BORGES,2000; KORTMANN,2019; OMOTE,2004; LIRA,2004)

Considerando a natureza do problema investigado, optou-se pela metodologia qualitativa, que, de acordo com Minayo (1996), preocupa-se basicamente com a análise e contextualização do objeto em estudo numa realidade dinâmica e de muitas interações. Em suma, Minayo (1996) nos revela que a investigação qualitativa solicita características como a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos.

No ano de 2016, a partir de setembro realizei um estágio extracurricular ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa, em uma escola Municipal de Viçosa. Fui fazer este estágio, pois tinha acabado de concluir um Projeto de Iniciação Científica, e pressupus que o estágio com crianças com necessidades especiais seria, dentre as oportunidades do momento, a experiência mais enriquecedora para minha formação, aliado ao fato do meu interesse na Educação Especial.

No estágio extracurricular eu acompanhei o aluno Emanuel, com Transtorno de Espectro Autista, que estudava no segundo período da Educação Infantil em uma escola Municipal da cidade de Viçosa, ele tinha problemas de fala, que não era muito clara, tinha padrões de comportamentos estereotipados como repetição de palavras e gestos, e apresentava dificuldade de se socializar.

Neste estágio extracurricular os graduandos eram denominados como “estagiários de apoio”, para fazer um trabalho de acompanhamento de alunos que possuíam deficiência e ou necessidades especiais. Ao estagiário de apoio cabia dar suporte, incentivando o aluno com necessidades especiais para que realizasse da melhor forma possível as atividades da sala de aula. Caso o estagiário continuasse no ano seguinte na escola, o acompanhamento com um aluno poderia ser continuado.

Para o estagiário geralmente, são contratados alunos que cursam licenciaturas e do curso psicologia para desempenharem esta função. Quando há na escola um professor da sala

de Recurso Multifuncional ela orienta estes estagiários durante o processo e auxilia com questões urgentes que emergiam no dia a dia, como quando havia dúvida em como proceder com o aluno como por exemplo, se o aluno resistisse a fazer uma atividade ou agisse com agressividade.

O professor da Sala de recursos Multifuncional é o responsável pelo Atendimento Educacional Especializado aos alunos com necessidades educativas especiais. Nas Salas de Recursos Multifuncionais, são espaços implantados na própria unidade escolar em parceria com as esferas de governo: federal, estadual e municipal. Nela deve ter: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos. Segundo o Guia de Orientação de Educação de Minas Gerais (2014, p.11)

O atendimento especializado oferecido ao aluno é construído a partir das necessidades educacionais específicas visando à definição dos recursos necessários e às atividades a serem desenvolvidas do Aluno (PDI<sup>4</sup>). Assim, com base na justificativa da escola e na sua avaliação inicial, o professor elabora o seu plano de atendimento.

O objetivo do atendimento do aluno na sala de Recursos de acordo com o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais do MEC (BRASIL 2010, p.6)

o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

Assim, vemos que a sala de recursos vem cumprir um papel de extrema importância na escola. O trabalho do professor da sala de recursos junto ao do professor regente de sala fará com que a aprendizagem do aluno com necessidades especiais ocorra de maneira mais efetiva. A partir do planejamento curricular feita pelo regente, o professor do AEE poderá indicar materiais, formas de avaliação que auxiliará o aluno a adquirir o conhecimento.

Sobre a importância do estágio Pimenta (2006, p.8) afirma como:

---

<sup>4</sup>PDI-Plano de Desenvolvimento Individual- é o instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com necessidades especiais

O exercício de qualquer profissão é técnico, no sentido de que é necessária a utilização de técnicas para executar as operações e ações próprias. Assim, o médico, os dentistas necessitam desenvolver habilidades específicas para operar os instrumentos próprios de seu fazer. O professor também.

Com base na reflexão de Pimenta, considero que no estágio é possível a técnicas que subsidiarás a sua prática como futuro profissional, assim, é necessário ele estar vivenciando em sua área de atuação com um profissional formado. No entanto evidenciei um problema no estágio: muitas vezes, alunos do curso de Educação Infantil da UFV, são contratados para trabalhar com alunos da Educação Fundamental I, e alunos do curso de Letras para atuarem na Educação Infantil, o que não atende o currículo do curso em que eles estão matriculados. Também a contratação de graduandos da psicologia não é adequada para a sala de aula porque eles não cursam disciplinas de didática e disciplinas voltadas para o ensino na escola. Acredito que seja difícil eles desenvolverem atividades pedagógicas sem as devidas instrumentações e acompanhamento, sendo isto uma forma de barateamento de recursos humanos ao invés de contratar profissionais qualificados para a atuação. Já as Diretrizes do Curso de Pedagogia trazem que o pedagogo tem sua:

Formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL 2006, p.1).

De acordo com as Diretrizes do Curso de Pedagogia, os alunos deste curso recebem sua formação para docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, atuando também com alunos com necessidades especiais, portanto estes estagiários são os que podem realizar este estágio de acompanhamento pedagógico. Já outros cursos que não possuem em sua grade curricular disciplinas que estejam relacionando à docência e educação especial. No atual currículo do Curso de Pedagogia da UFV (UFV, 2014, p.202) consta:

Em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), aprovadas em 2006 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo Ministério da Educação (MEC), o profissional licenciado em Pedagogia, diplomado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), está apto a atuar na docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Gestão e na Coordenação de sistemas, unidades e projetos educacionais em espaços escolares e não-escolares. Tem ainda a possibilidade de produzir e difundir conhecimento científico e tecnológico da educação, favorecidos pelas práticas de pesquisa e extensão, que procuram contemplar a diversidade de temáticas e psicossociais presentes na sociedade.

No mesmo documento podemos perceber que os alunos que cursam Pedagogia, tem qualificação para trabalhar com crianças com necessidades especiais, uma vez que tem a possibilidade de ter entre as disciplinas obrigatórias do seu curso, as de Educação Especial/Inclusiva e o Estágio Supervisionado em Educação Especial/Inclusiva. Estas disciplinas permitem aos estudantes uma fundamentação teórico-prática que se torna essencial no exercício da docência. A função do estágio relacionado ao curso de formação, é prover ao graduando situação que encontre no exercício profissional, e quando se trata de cursos de licenciaturas, este estágio precisa ser relacionado ao nível atuação dos mesmos, para que haja mais significado do trabalho de ensino tanto para o graduando quanto para os profissionais que o recebem. Borssoi (2008, p.3) afirma:

De acordo com Barreiro e Gebran “o estágio [...] pode se construir nos lócus de reflexão e formação da identidade ao propiciar embates no decorrer das ações vivenciadas pelos alunos, desenvolvidas numa perspectiva reflexiva e crítica, desde que efetivado com essa finalidade” (2006, p. 20). Entende-se que no decorrer do estágio é importante refletir sobre as vivências e esse espírito reflexivo e crítico são proporcionados pelo professor/orientador.

Assim, o estágio é essencial, pois serve para formar a identidade do profissional, além de ser imprescindível que ele aconteça de forma reflexiva. Como destaca o Parecer nº 21, de 2001, do Conselho Nacional de Educação, o estágio é assim definido:

Como um tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário [...] é o momento de efetivar um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário.

Observa-se como o estágio é fundamental, tornando-se “[...] um momento de efetivar um processo de ensino-aprendizagem [...]” (BRASIL,2001 s/p.), onde se indaga, e se reflete os conhecimentos nele providos pelo ambiente educativo. Dessa forma, o estágio vem a ser um processo em que o estudante coloca em prática seus conhecimentos e o que aprende nas disciplinas teóricas, orientando sua futura atividade profissional, mas para que seja efetivo é preciso que o estágio seja bem orientado e supervisionado.

### 3.1 Reflexões da vivência no estágio extracurricular

No período de fevereiro a agosto de 2017, acompanhei um aluno com Transtorno de Espectro Autista, o aluno Emanuel.

Fui designada a ficar com ele, porque no ano anterior, a estagiária que o acompanhava, teve várias ausências e eu fiquei em sala com ele; assim, era para ele um rosto conhecido, com o qual ele tinha empatia.

Para melhor me situar sobre o aluno procurei o seu Relatório Circunstanciado<sup>5</sup>, ao qual tive acesso na Sala de Recursos da escola. Constava que o aluno iniciou seu estudo na escola atual no ano de 2016. A sua identificação como autista ocorreu após a professora no fim do mês de fevereiro, chamar a supervisora e a professora da Sala de Recursos para observá-lo em sala de aula. Constava no relatório que como era início do período letivo foi esperado mais um tempo para que ele se adaptasse a rotina da escola. Porém, decorrido um mês em outro período de observação, foi notado que ele batia nas outras crianças, mordia, não sentava para ouvir histórias nem para comer, também tinha a fala comprometida sendo relatado que não conseguia entender completamente o que vocalizava. Essas observações foram feitas na hora do recreio, na sala de aula, na sala de recursos, na Educação Física e no refeitório. A mãe foi chamada à escola. A criança tinha comportamentos “inquietos” e precisava compreender a necessidade de sentar, de ouvir. A escola conseguiu uma estagiária de apoio para ficar com ele e auxiliaria desenvolver as atividades, uma vez que só para a professora realizar este trabalho junto com os demais da turma não havia condição de ter o devido acompanhamento dado as restrições comportamentais do aluno.

O aluno Emanuel, no ano de 2016, estudava no primeiro período em tempo integral, com idade de 4 anos. Foi informado à mãe, que todo essa carga horária seria desgastante para o aluno. Assim, em 2017, agora com 5 anos, o aluno estava no segundo período da Educação Infantil e passou a estudar em um único turno, o da tarde, isto acrescentou mais uma mudança para o aluno. Ele já havia mudado de sala, de professora, e agora, X mudava a rotina de horário e também, a maioria de seus colegas do ano passado se mantiveram no turno integral, o que propiciou a ele um estranhamento, pois tudo era novo. Para diminuir estas alterações na rotina do aluno, foi aconselhado pela professora da Sala de Recursos que eu agora o acompanhasse, uma vez que eu já havia substituído a estagiária anterior. Então, o fato de eu

---

<sup>5</sup> Relatório Circunstanciado-Exposição, relação, ordinariamente por escrito, sobre a sequência de um acontecimento /atividade realizada pelo aluno observado para elaboração do PDI

estar com ele representava um pouco da rotina do ano passado, e poderia dar a ele, maior segurança e assim, facilitar o processo de inserção e de adaptação nesse novo e diferente contexto. Vale ressaltar que a criança autista tinha tendência a se fixar em rotinas, portanto, alterações na rotina tornavam as situações desconfortantes para ele.

Para melhor compreender a dinâmica da escola e viabilizar a minha atuação no estágio fiz a leitura de outros documentos. Foram lidos o PPP<sup>6</sup>, o PDI e o Relatório Circunstanciado estes dois últimos referentes aos alunos.

Constava no PPP da escola em que atuei, que a mesma assume a identidade de Escola Inclusiva que, na sua concepção é aquela que se organiza para não só acolher alunos com necessidades educacionais especiais, mas que se compromete em assegurar a todos, as melhores condições de interação e desenvolvimento global, seja em classes regulares ou em classes especiais, denominadas de Classes Integradas. O Projeto Político Pedagógico (2014, p.53) ainda traz colocações como:

Os alunos incluídos vivenciam um currículo adaptado, de acordo com suas possibilidades e limitações frente à aprendizagem, nas diferentes áreas do conhecimento. Este currículo é geralmente adaptado a partir do estabelecido para cada série/ano, após o estudo das necessidades e reais condições de cada aluno (a). As necessidades educacionais especiais revelam-se no processo de ensino e no percurso da escolarização, e exigem recursos educacionais e atenção mais específicos do que habitualmente aos alunos da mesma idade. Os alunos com necessidades especiais -devem ser distribuídos em diferentes turmas, com número reduzido de alunos, evitando-se a sua concentração em uma única turma, estimulando, assim, a cooperação e a solidariedade entre alunos. Terão professores de apoio seguindo normas do regimento Escolar e Leis vigentes. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais será efetivado em classes comuns e/ou especiais com base nos seguintes procedimentos, considerando-se cada caso individualmente.

Com a leitura do Relatório Circunstanciado fiquei infirmada que o aluno realiza atendimentos na APAE<sup>7</sup> de fonoaudiologia, e terapia ocupacional, psicoterapia, cognitivo comportamental e apoio pedagógico. Também havia a informação que aluno possuía um laudo que apresentava o diagnóstico de autismo.

Segundo Silva e Mulick(2009):

O diagnóstico de autismo é estabelecido com base em uma lista de critérios comportamentais. Em vários países da Europa e da América do Norte, incluindo os Estados Unidos e o Canadá, especialistas na área recomendam que o diagnóstico seja feito com base nos critérios estabelecidos pelo ICD-10 (WHO, 1992) e/ou pelo DSM-IV-TR (APA, 2003)

---

<sup>6</sup> PPP-Projeto Político Pedagógico

<sup>7</sup> Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Segundo os critérios do DSM-IV-TR (O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders –DSM ) , para que a criança seja diagnosticada com transtorno autista, ela deve apresentar pelo menos seis da lista de doze sintomas apresentados, sendo que pelo menos dois dos sintomas devem ser na área de interação social, pelo menos um na área de comunicação, e pelo menos um na área de comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados .Estes sintomas apresentados no quadro 1 e comparados com os comportamentos do aluno Emanuel no início do acompanhamento pedagógico.

**Quadro 1:** Sintomas do autismo e características do aluno.

<b>Sintomas do autismo DMS-IV TR</b>		<b>Características apresentadas pelo aluno</b>
<b>INTERAÇÃO</b>	Comprometimento no uso múltiplo de comportamento não-verbais	Não olhava diretamente nos olhos.
	Fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares apropriados ao nível de desenvolvimento	Interação esporádica com seus colegas e de curta duração
	Ausência de tentativas espontâneas de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas	O aluno nunca procurava seus colegas para conversar, para contar fatos rotineiros. Como por exemplo: outros colegas comentavam entre si sobre o fim-de-semana não tinha essa prática
<b>COMUNICAÇÃO</b>	Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem falada	O aluno apresentava uma fala pouco clara e apenas palavras desconexas e isoladas.
	Uso estereotipado e repetitivo da linguagem ou linguagem idiossincrática;	O aluno repetia várias vezes o nome das pessoas e também frases. Como por exemplo: se ele não soubesse fazer determinada atividade “ficava repetindo “me ajuda” e, ou, “eu não sei”
	Ausência de jogos ou brincadeiras de imitação social variados e espontâneos próprios do nível de desenvolvimento	O aluno não dividia com seus colegas os brinquedos, mesmo que fosse da escola ele queria ter domínio dos brinquedos só para ele.
<b>COMPORTAMENTOS REPETITIVOS E INTERESSES</b>	Preocupação insistente com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco;	Se preocupava muito em acertar, não lidava bem com o erro mesmo que ele fosse de grafia.
	Adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não-funcionais;	Ele não aceitava quando por algum acontecimento no dia da aula de Educação física, esta não acontecesse. Também não aceitava o fato da minha ausência na sala e outra estagiária me substituir, tendo assim crises de choros incontroláveis.
	Maneirismos motores estereotipados e repetitivos	O Aluno tinha manias de fechar os olhos, colocar as mãos no ouvido e bater os dentes
	Preocupação persistente com partes de objetos.	Ele se preocupava com a garrafinha, com lápis e com tudo que era dele e na falta desses objetos ele chorava e ficava muito nervoso.

\* Quadro adaptado da lista de sintomas do TEA em SILVA;MULICK,2009

Nota-se no quadro 1, que o aluno Emanuel apresentava três características do autismo quanto a interação social e de comunicação, além de quatro de comportamentos repetitivos/interesses, elencadas pelo O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

No primeiro dia de aula de 2017, em que o acompanhei, sendo a bolsista de apoio fixa, o aluno chorou e não queria que a mãe se ausentasse da sala. Queria que ela permanecesse com ele durante todos os momentos. Percebi nela uma dificuldade em dizer “não” a ele, mas explicamos a ele que naquele momento ela não poderia se manter na sala de aula, conversei com mãe dele que seria melhor ela deixar ele na sala e ir para casa, se por acaso ele não ficasse bem e não se adaptasse, iria ligar para ela, para que assim, ela buscasse ele na escola.. Depois de algumas semanas foi se acostumando a nova rotina, a nova professora e turma.

No começo do ano letivo de 2017, o aluno, era muito inseguro; ele demonstrava querer sempre ganhar pois sempre dizia durante as realizações de atividades “ganhar, ganhar”. Demonstrava também, que a possibilidade do erro o assustava, e assim, ele preferia nem tentar, para não errar. Sempre me solicitava que pegasse em sua mão na hora da escrita, sendo muito dependente de um acompanhamento nas horas das atividades. Pedia ajuda para copiar do quadro, e também para colorir. Também desde o ano de 2016 foi dado a ele um engrossador de lápis(figura1) para poder o auxiliá-lo no seu problema de coordenação motora. No começo do aluno não sabia segurar o lápis, apresentando dificuldades na coordenação motora fina, não fazendo o movimento de pinça na hora de escrever, por isso foi dado a ele o adaptador para auxiliá-lo na escrita.

**Figura 1**-adaptador de Lápis



Fonte:<http://www.itaassistiva.com.br>

Comecei a trabalhar com ele para sempre tentar fazer as atividades com o passar dos meses, em maio ele já não estava mais usando o engrossador de lápis e estava aprendendo a fazer o movimento de pinça tendo assim, um pouco mais de facilidade na hora da escrita. O aluno fazia as mesmas atividades propostas pela professora que os outros alunos da turma realizavam, eu não propunha atividades diferenciadas para ele, apenas adaptava caso alguma questão da atividade fosse difícil para ele realizar. No começo foi difícil, ele chorava quando eu não satisfazia suas vontades, estava acostumado as outras pessoas fazerem tudo para ele. Assim, com o tempo, e incentivando-o e começou a escrever as letras sozinho, sempre fala com ele “Emanuel faça as atividades, que depois você pode brincar”. A cada mês ele evoluía na escrita de algumas letras. Em março já escrevia as letras mais fáceis, como A,D,E,F,H,I,L,M,N,O,P,T,Z. A partir de maio já escrevia todas as letras, porém o S e o número 2, ele não fazia por causa de serem caracteres com curvatura, e ele se sentia inseguro para fazê-los, sempre dizia quando eu solicitava que ele fizesse a escrita: “não consigo, difícil”; “ajuda, ajuda!!”.

O aluno também, tinha um tempo diferente para realizar as suas atividades, se em um dia a professora aplicava três atividades, ele fazia apenas duas, pois fazer muitas atividades eram desgastantes para ele e assim, já não aceitava e começava a chorar. Algumas vezes, quando ele estava cansado e não queria fazer atividades eu propunha um jogo para ele que trabalhasse a coordenação motora ou somente para distraí-lo naquele momento.

Em abril, a pedido da psiquiatra que o acompanhava periodicamente, compareci ao consultório dela, juntamente com a mãe do aluno Emanuel, para poder relatar à psiquiatra como era o comportamento do aluno no ambiente escolar. A mesma me reforçou a importância de trabalhar com ele que as frustrações fazem parte da vida, e a conversar sempre com ele sobre o “não”.

Nas aulas Educação Física ele participava e gostava muito de se movimentar, de correr, e a professora desta disciplina sempre o incluía, buscando incentivá-lo sempre a participar. Uma dificuldade que sempre acontecia na Educação Física era que ele não admitia perder nos jogos. Eu tentava sempre conversar com ele que poderia não ganhar, ou não ser o primeiro. Mas, sempre ele queria ser o primeiro a jogar, quando não acertava nas atividades propostas pela professora, ele chorava.

O aluno também em determinadas atividades, como o boliche, por exemplo, queria ter a vez de jogar a bola, continuamente, o que causava conflito, porque ele não aceitava ser contrariado. Aos poucos, fui explicando a ele a necessidade de entender que deveria deixar os

demais jogarem e o perder não representava risco de não participar da brincadeira. Aos poucos ele foi avançando nesse quesito, e estava começando a desenvolver estas capacidades, sendo mais compreensivo com o perder e principalmente, na interação social aprendendo a lidar com os outros.

Para Vygotsky, a interação (essencialmente aquela realizada entre indivíduos, cara a cara) tem uma função central no processo de internalização. O autor (1988, p. 33) afirma que "o caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa por outra pessoa", isto é, o sujeito consegue reconstruir ideias, pela presença do outro. Por isso, o conceito de aprendizagem mediada confere um papel privilegiado ao professor, não significa, entretanto, que a mediação seja para homogeneizar. (CRISTINO,2016,p.62)

O aluno por exemplo, tinha certa fascinação por lápis, e por um macaquinho de brinquedo que a mãe mandava com eles às vezes. Quando o levava para a escola, se na hora do recreio esquecia o brinquedo na sala ele chorava até o brinquedo ser entregue a ele. O que demonstra a fixação em objetos e em rotinas, presentes no autismo.

Um acontecimento que vale destacar é quando na escola a professora de Educação Física, estava com estagiários de graduação desta área, que estavam realizando uma **atividade acadêmica** (estágio obrigatório do seu curso). A cada vez, uma dupla de estagiários observava por um tempo a aula, e em outra escolhia um determinado esporte para ministrar em suas docências. Uma dupla escolheu o futsal, esporte que o aluno gostava e ele participava das atividades.

Veza ou outra, os estagiários cediam a pressão que ele fazia para ser tratado diferente, porque ao ver duas pessoas novas no contexto da aula, ele buscava que tais dessem a ele uma atenção especial, como por exemplo: queria que eles dessem a mão na hora de correr na quadra, pedia uma bola separada para que ele jogasse sozinho e os estagiários muitas vezes acabavam atendendo seu pedido. O autismo é um distúrbio do comportamento caracterizado por prejuízos na interação e nas comunicações sociais, com restrita gama de interesses, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados e maneirismos (Brune, 2006). Por isso, vemos que o aluno em questão não desenvolvia **relações interpessoais** e a presença de pessoas desconhecidas alterava na segurança, pois alterava o que tinha estabelecido como rotina.

Para Viveiros (2008, p.15)

este é o ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas. Muitas vezes a criança que tem autismo aparenta ser muito afetiva, por aproximar-se das pessoas abraçando-as e mexendo, por exemplo, em seu cabelo ou mesmo beijando-as quando na verdade ela adota indiscriminadamente esta

postura, sem diferenciar pessoas, lugares ou momentos. Esta aproximação usualmente segue um padrão repetitivo e não contém nenhum tipo de troca ou compartilhamento.

Os estagiários da Educação Física não entendiam tudo que o aluno queria dizer, pois sua comunicação oral não era clara. Durante as aulas ele perguntava muito, mas falava palavras desconexas e ficava repetindo-as, até que eu explicasse aos estagiários o que ele pretendia dizer. Tal característica é comum em autistas. Como ressalta Viveiros (2008, p.13) “A maioria das crianças autistas não fala e, quando falam é comum a ecolalia (repetição de sons ou palavras), inversão pronominal.” O que foi percebido na linguagem do aluno.

Como o aluno gostava muito da aula, ele queria todos os dias ir para a Educação Física, e chorava todas as vezes que não era a aula. Em vários dias foram repetidos choros. Porque sua expectativa foi frustrada e os autistas apresentam uma fixação em atividades do seu interesse.

Para resolver essa situação, procurei junto a professora da Sala de Recursos construir um quadro com atividades do dia, de forma ilustrada (Figura 2), no qual, todos os dias ao iniciar a aula repassava com ele as atividades que seriam realizadas no decorrer daquele dia. Assim, passou a ficar mais claro para ele que havia uma rotina a ser seguida.

**Figura 2-**Exemplo de quadro com atividades a ser seguidas no dia



Fonte:LUBARONI(2010s/p.)

O aluno também frequentava, junto com sua turma, todas as terças-feiras a Ludoteca, onde uma professora desenvolvia atividades lúdicas com jogos e brinquedos, como por exemplo quebra cabeças, jogos pedagógicos. Essa professora indicava aos alunos as atividades e eles desenvolviam durante 50 minutos. Ele gostava muito de ir, porém não conseguia montar um jogo, ele sempre chorava, não tinha muita paciência de continuar.

Eu enquanto estagiária o acompanhava em aulas específicas como Educação Física e Ludoteca da escola, nessas aulas geralmente o aluno participava, eu mediava nos momentos em que ele, se descontrolava, tinha alguma crise de choro, ou de teimosia. Nesses momentos eu ia perto dele conversava e nós contávamos até o nº 10 para ele se acalmar, dependendo do que ele estava fazendo se ele estava chorando muito, tinha que retirar ele do local dar uma pausa e esperar ele se acalmar. Às vezes, por sua fala ser pouco clara e ele falar palavras desconexas, não conseguia ser entendido por aqueles que tinham pouco contato com ele, assim eu acabava por ter que auxiliá-los na hora da comunicação.

Em concordância com os autores como (WING,1985; GAUDERER,1993) que indicam as características do autismo: está a dificuldade no uso funcional da linguagem. Seus enunciados não são contínuos e ela tem dificuldade em realizar uma conversa, em fornecer informações, e principalmente em expressar suas ideias. Na maioria dos casos ela parece não saber o que são e para que servem as palavras. Essa perturbação no uso da linguagem, segundo Wing (1985), causa dificuldades em entender perguntas, orientações ou piadas simples. Para Gauderer (1993), existem algumas crianças com autismo que falam com volubilidade, porém com atraso linguístico significativo. A maior parte dessas crianças representa sua linguagem por meio de ecolalia (repetição) com elementos decorados e produzidos fora do contexto, como do aluno em questão.

Tudo que já havia lido e aprendido durante a disciplina de Educação Especial e também no estágio em Educação Especial, que fazem parte do currículo de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa, me faziam acreditar que o principal a fazer era estimular a capacidade daquela criança, e ao pouco fazer com que ele perdesse a insegurança e se tornasse cada vez mais independente e incluído junto a turma da qual fazia parte.

Ambos os estágios curriculares e extracurricular contribuíram para minha formação. O estagiário extracurricular ainda carece de um acompanhamento de um profissional que lhe oriente e lhe dê um norteamento à sua prática diária, pois não é adequado um estágio sem supervisão. Esta supervisão é necessária para que o estagiário não exerça um papel de

cuidador de crianças deficientes e sim, de apoio pedagógico para aqueles que apresentam características peculiares aos demais. Muitas vezes nos vi desamparada e sem referência na instituição escolar, carecendo de alguém neste espaço que me orientasse e dessa capacitação para esta atuação. Só com uma supervisão de um profissional qualificado é possível cumprir com o papel de apoio pedagógico, para que de fato os alunos com necessidades especiais sejam incluídos e se desenvolvam em todas as dimensões pessoais.

#### **4-CONCLUSÃO**

Todas as experiências vivenciadas nos estágios curriculares e no estágio extracurricular foram de imensa importância para minha aprendizagem, e para minha futura atuação docente. Embora haja muitas leis para amparar o deficiente, visando sua inclusão na prática, o que se presencia é a integração na maioria dos casos, pois o aluno com necessidades educacionais especiais, é visto como se precisasse se equiparar ao padrão de normal que a sociedade estabelece, pois, ainda hoje se atribui um valor negativo à deficiência. O princípio de inclusão é adotar que o normal, não é o igual e sim o diverso. Portanto, na busca pela inclusão educacional é preciso quebrar-se paradigma e ter o acesso e permanência do aluno como um direito do seu aluno. Esta concepção requer mudanças na busca pelas práticas de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização, alterando concepções homogeneizadoras não só no corpo docente, mas também de todos que fazem parte do ambiente escolar. Esta percepção eu pude ter devido a disciplina de Educação Especial que cursei no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa que me serviu de base para minha atuação neste estágio extracurricular. Assim, acredito ser necessário ter nos cursos de formação de professores essas disciplinas de Educação Especial para nortear os profissionais que estão em formação inicial, o que facilitará na sua atuação profissional. Para o docente que não teve essas disciplinas em sua formação, a busca por meio das secretarias de educação e outros órgãos são formas de se atualizar e qualificar para ter o conhecimento fundamental para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

O estágio extracurricular, exige que o estudante busque por iniciativa própria se informar sobre a deficiência do aluno que ele irá prestar o apoio pedagógico, como proceder metodologicamente, Assim, é importante que a Prefeitura de Viçosa busque uma parceria com a Universidade Federal de Viçosa, mais especificamente com Departamento de Educação, para que juntos possa dar ao estagiário extracurricular, o norteamento que ele carece, para realizar de maneira mais proveitosa seu trabalho, além, dos benefícios que isso trará ao desenvolvimento do aluno e na aprendizagem do futuro docente que realiza o estágio. Não basta apenas dar ao aluno com necessidades educacionais especiais o apoio pedagógico para cumprir normas legais, é necessário que se dê fundamentação institucional e condições para que o estagiário exerça da melhor maneira possível sua função e assim, seja, um facilitador no processo de aprendizagem deste aluno.

Também, julgo necessário que haja um maior critério na hora de selecionar o estagiário para cada criança, pois muitas vezes graduandos ficam em níveis de ensino diferentes daqueles para o qual se formam, por exemplo, um estudante de Letras acompanhava um aluno da educação infantil, e um graduando de Educação Infantil acompanhava um aluno da educação fundamental. Um graduando que atuará com a faixa etária que estagia agregaria melhor atendimento a essa criança e a turma. Cabe destacar Através do estágio o licenciando pode acrescer em sua formação um aspecto crítico reflexivo, o qual se dará a partir da vivência com a realidade e também será o momento de se construir uma identidade docente.

## 5. REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-IV**. São Paulo: Manole, 1994

AMIRILIAN, Maria Lúcia T. **Psicologia do excepcional**. São Paulo; EPU. 1986.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Rev. Bras. de Psiquiatria**, 28 (1), 47-53. 2006

BATISTA, M. W. E **Enumo, S. M. Inclusão escolar e deficiência mental**: análise da interação social entre companheiros. *Estudos de Psicologia*, ,101-111. 2004

BARBOSA, A. et al. **Atitudes parentais em relação à educação inclusiva**. *Revista Brasileira de Educação especial*, 13, (3), 447-458. 2007.

BAYER, H. O. **Educação Inclusiva ou integração escolar?** Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Especial. *Ensaio Pedagógicos. III Seminário nacional de formação de gestores e educadores- educação inclusiva: direito á diversidade*. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf277-280>> Acesso em : 10 de out. 2017

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação Institui as Diretrizes nacionais para o curso de Pedagogia-Licenciatura**. Maio de 2006

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação**. Parecer nº21/2001. de 2001

BRASIL. **Lei nº93494 de dezembro de 1996**. estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº8.069, de 16 de Junho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e o Adolescente dá outras providências. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf)> Acesso em: 02 out. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf\\_ref.pfd](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf_ref.pfd)> Acesso em: 23 de set. 2017.

BORGES, L. C. **Autismo – um silêncio ruidoso**: perspectiva empírica sobre o autismo no sistema regular de ensino. Monografia de conclusão de curso. Curso de Estudos Superiores Especializados em Educação Especial. Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada.

BORGES, L. C. e Salomão, N. M. R. **Aquisição da linguagem**: Considerações da perspectiva da Interação Social. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 16 (2), 327-336, 2000.

BORSSOI, B. **O estágio na formação docente: da teoria a prática, ação-reflexão.** Unioeste. Paraná, 2008.

BOSA, C. A. e Souza, A. D. **Interação mãe-criança e desenvolvimento atípico: a contribuição da observação sistemática.** In Piccinini, C. A. & Seidl-de-Moura, M. L. (Orgs.). Observando a interação pais-bebê-criança.. São Paulo: Casa do Psicólogo. P.237-258, 2007.

CAMARGOS Jr., Walter et al. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3o Milênio.** Brasília: CORDE, 2005. 260 p.

CRISTINO, C. S. **O uso da Ludicidade no ensino de Física.** Universidade Federal de Ouro Preto. 2016.

DUTRA, P. C. et al. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação. Brasília, 2008.

GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área;** do especialista aos pais. Brasília: Ministério do Bem-Estar Social, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1993

GIACONI, C; RODRIGUES, M. Organização do Espaço e do Tempo na Inclusão de Sujeitos com Autismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 687-705, jul. 2017. Disponível em: <<[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)> . Acesso em: 04 out. 2017.

KORTMANN, G. M. L. **Aprendizagens da criança autista e suas relações familiares e sociais:** estratégias educativas. Instituto de Psicologia Porto Alegre. 2013.

LAGO, M. (2007). **Autismo na escola: ação e reflexão do professor.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. **Inclusão de crianças autistas:** um estudo sobre Interações sociais no contexto escolar. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, Jan.-Mar., 2014.

LIRA, S. M. **Escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula.** Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

LOURENÇO, D., Leite, T., (2014) **Práticas de Inclusão de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo, Da Investigação às Práticas,** 63 - 86.

LUBARONI. AUTISMO - Referências como Informação Visual. Blogsport. 2010. Disponível em: <http://lubaroni-informticaeducaoespecial.blogspot.com.br/2010/11/referencias-como-informacao-visual>. Acesso em 12 out. 2017.

LURIA, A. R.; VyGOTSKY, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2001.

MONTEIRO, P. C. **Inclusão de crianças autistas**: um estudo sobre Interações sociais no contexto escolar. Rio de Janeiro, 2011.

OMOTE, S. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. **Rev. Bras. Edu. Espc.** (online), 1994, v.02, p. 65-73. Disponível em: <[http://www.abpee.net/homepageabpee04\\_06/artigos\\_em\\_pdf/revista2numero1pdf/r2\\_art06.pdf](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista2numero1pdf/r2_art06.pdf)> Acesso em 10 out.2017

ORRÚ, S. E.. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak.2007

PIMENTA, S,G; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTEL, S, BARBOSA S, C. **Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo**: Um Estudo de Caso Comparativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 28, n. 3, p.315-324, out. 2012.

SILVA, F, G, da; MENEZES, H, C, S; OLIVEIRA, D, A de. **Um estudo sobre a defectologia na perspectiva vigotskiana**. A aprendizagem do deficiente intelectual em reflexão. **XI Congresso Nacional de Educação**, Educere. Curitiba. 2013

SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 2003.

SERENO, D.. **Acompanhamento terapêutico e educação inclusiva**. *Psyche*, , 167-179.2006

SILVA, M; MULICK, J. A. Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. **PISICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO**, v.29, p116-131, 2000 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.

UFV. Catálogo de graduação. Viçosa, 2014. Disponível em: <<http://www.pre.ufv.br/catalogo/arquivos/vicosa/catalogoVicosa2013/Catalogo%202013%20CCH/pedagogia.pdf>> Acesso em: 5 de jan.2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf)>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

URBANSKY, L. 2013. **Intervenção : Método Teacch**. 2013. Disponível em: <<http://www.universoautista.com.br/autismo/modules/works/item.php?id=10>>. Acesso em. 07 jan. 2018.

VIVEIROS, M, A, J, de. **Desenvolvimento Linguístico no Autismo**. Centro de Referencia de distúrbios de Aprendizagem. São Paulo. 2008

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WING, L. **Crianças a parte: o autista e sua família.** Autismo na década de 80, Sarvier. São Paulo, 1985.